

CULTURA CORPORAL E CLASSES SOCIAIS NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

José Pereira de Sousa Sobrinho¹

Niágara Vieira Soares Cunha²

Resumo: A existência dos diversos acervos das práticas corporais é determinada pela divisão da sociedade em distintas classes e pela luta que essas travam entre si no decurso da história da humanidade. O objetivo deste trabalho é revelar como as relações de classe determinam no interior da sociabilidade capitalista os modos de produção e apropriação da cultura corporal para o conjunto da classe trabalhadora - uma vez que no interior das relações de classes emergem determinações sociais que resultam em barreiras preponderantes para a negação ao direito ao lazer e ao tempo livre para o conjunto dos trabalhadores assalariados, assim como para as mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, texto intenta revelar que a cultura corporal comporta em seu interior um caráter de classe, uma vez que a existência desse fenômeno é indissociável das relações de classe que há em cada período histórico particular no qual suas práticas são desenvolvidas.

Palabras clave: Cultura corporal. Capital. Classes Sociais.

BODY CULTURE AND SOCIAL CLASSES IN THE SOCIABILITY OF CAPITAL

Abstract: The existence of the various collections of bodily practices is determined by the division of society into different classes and by the struggle these have waged among themselves throughout human history. The aim of this article is to reveal how class relations determine within capitalist sociability, the modes of production and appropriation of body culture for the working class as a whole. Since within class relations emerge social determinations that end up resulting in preponderant barriers that denial the right to leisure and free time for all salaried employees, as well as for working women. In this sense, the present text intends to reveal that body culture has a class feature in its interior, since the existence of this phenomenon is inseparable from the class relations present in each particular historical period in which its practices are developed.

Keywords: Body culture. Capital. Social Classes.

Introdução

¹ Doutor em Educação (UFC). Professor da Universidade Regional do Cariri - Departamento de Educação Física. Pesquisado do Grupo Pesquisa em Educação física, Esporte e Lazer (GPEEL): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/352250>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8058515708929629>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2089-6698>. E-mail: jose.pereira@urca.br.

² Doutora em Educação (UECE). Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Classe, Gênero e Sexualidade (GERCLASSE): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2433102169398924>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0152438825725716>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1908-7997?lang=pt>. E-mail: niagara_vieira@uvanet.br

Cultura corporal é o conceito pelo qual a tradição marxista, no âmbito da Educação física, define o conjunto de práticas corporais elaboradas pela humanidade, como o jogo, a dança, a luta, a ginástica e o esporte. Essa categoria expressa que as variadas práticas corporais carregam um sentido e significado, produzidos como parte indissociável da vida em sociedade. São geradas em determinadas formas de organização da vida social e em períodos históricos particulares (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Logo, o conceito de cultura corporal aponta que a existência do acervo das práticas corporais é determinada pela divisão da sociedade em distintas classes e pela luta que essas travam entre si no decorrer da história da humanidade. O artigo sob relatório tem por objetivo examinar o modo como as relações de classe na sociabilidade capitalista determinam o modo de produção e apropriação da cultura corporal para o conjunto da classe trabalhadora. Com efeito, alguns desses determinantes que se mostram como preponderantes na delimitação do acesso e da prática da cultura corporal entre os trabalhadores.

Importa evidenciar que a gênese da cultura corporal está expressa no desenvolvimento do homem, todavia, essa se modifica quando submetida a variadas relações de produção, conferindo-lhe algumas particularidades, determinadas pelas relações estabelecidas no percurso histórico da Humanidade, desde as distintas maneiras sociais até os imperativos utilizados pelo capital para garantir sua manutenção. Nesse marco, examinamos como os imperativos da sociedade do capital e o seu modo particular da divisão em classes da sociedade determinam a extensão do acesso e intensidade das práticas corporais entre os sujeitos com base nas suas condições de classe (TAFFAREL, TEIXEIRA e D'AGOSTINI, 2005).

Nesse marco, o que expusemos são alguns elementos da sociabilidade capitalista que definem a existência da cultura corporal, ao determinar suas formas de produção e distribuição. Examinamos como o acesso à cultura corporal por parte da classe trabalhadora é delimitado pela sociabilidade capitalista pelo modelo de distribuição da riqueza social mediada pelas relações mercantis, com apoio na conversão de seus bens materiais e culturais em mercadoria, assim, também, pela sua lógica de organização do espaço urbano marcado pela segregação de classe quando do acesso aos espaços de lazer, e, por fim, pelo modo da distribuição do tempo livre mediado pelo trabalho assalariado, que se converte em uma barreira objetiva para o acesso à cultura corporal por parte do

conjunto dos trabalhadores. Assim, o exame desses fatores expõe o modo particular pelo qual se efetiva a cultura corporal na sociabilidade capitalista, revelando seu caráter de classe.

Com a problematização expressa, em contributo para os esforços do percurso investigativo, realizamos um estudo teórico bibliográfico com o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico de nossa pesquisa, pelo que mostramos a produção dos dados de maneira analítica e elaborada em duas seções: “A luta de classes e a cultura corporal” e “Caráter de Classe da Cultura Corporal na Sociedade do Capital”.

A Luta de Classes e a Cultura Corporal

Para desvelar a cultura corporal em seus vínculos com a existência das classes sociais, tencionamos desvelar o próprio conteúdo do real, para, assim, entender a dinâmica da atividade humano-social, tomando os objetos singulares de nossa análise como parte de uma totalidade que resulta dessa atividade objetiva do homem no mundo. Por sua vez, essa totalidade é entendida como uma unidade de múltiplas determinações. Assim, desvelar a estrutura interna constituinte dos fenômenos do real, do objeto, se dá no ato de descobrir o processo de sua constituição, com base nas relações entre seus distintos determinantes, portanto, o exame do fenômeno se faz, também, pelo movimento histórico e social de sua formação.

Com efeito, para desvelar o conteúdo interno da cultura corporal – os jogos, danças, lutas, ginástica, esporte – partimos da necessidade de entender a dinâmica dessa realidade humano-social, ou seja, da totalidade da qual a cultura corporal é parte, revelando-a como parte de um todo, parte dessa realidade humano social, constituída ela mesma nessa concretização que se dá, tanto na medida em que as partes travam uma “relação interna de interação e conexão entre si e com o todo”, mas, também, que essas relações de interação constituem a concretização dessa totalidade, “visto que o todo cria a si mesmo na interação das partes”. (KOSIK, p. 50, 2011). Nesse sentido, se a cultura corporal só é entendida em sua relação de interação de si com as partes e com o todo, por sua vez, esse todo, dialeticamente, só há de ser entendido desde a condição de que a existência da cultura corporal é parte do processo de concretização dessa totalidade, das interações constituintes do todo.

Com efeito, se faz necessário revelar as determinações que geraram as práticas da cultura corporal como maneiras de representação desse mesmo “mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal [...], que podem ser identificados com formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38). Assim, o exame da cultura corporal constitui o esforço de demonstrar no pensamento concreto a relação desses diversos determinantes constituintes da cultura corporal *como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem*.

Por sua vez, representa, ainda, expor a cultura corporal, assim como toda a realidade humana e social, como um produto da atividade humana, desvelando o ser como o sujeito de sua história, ente criador do real, e também instituinte dessa materialidade corpórea e da cultura corporal, que resulta da sua atividade objetiva no mundo. Nesse marco, o caso de expor o processo pelo qual o homem vem a tornar-se homem, que remete a um conjunto de transformações da espécie humana, as quais fazem parte da constituição da sua materialidade corpórea. Uma vez que o ser humano nem sempre teve essa mesma existência corpórea, a postura do “homem primitivo” era distinta da postura ereta “do homem contemporâneo. [...] A transformação ocorreu ao longo da história da humanidade, como resultado da relação do homem com a natureza e com os outros homens”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38).

Esse processo comporta, ainda, a própria constituição da cultura corporal, porquanto, à medida que o homem “simultaneamente ao movimento histórico da construção de sua corporeidade, foi criando outras atividades, outros instrumentos e através do trabalho foi transformando a natureza, construindo a cultura e se construindo” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 39), construindo a própria cultura corporal.

Assim, a análise marxista destaca na atividade de trabalho a gênese e o desenvolvimento das habilidades corporais, desde as sociedades primitivas, em que o corpo é o primeiro instrumento para a produção, é a base para o surgimento de ações corporais. Uma vez que “[...] o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando, etc, todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como resposta a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 39).

Como fenômeno particular, contudo, a cultura corporal não se restringe ao movimento ou à técnica de execução próprias do ato de trabalho, pois essas técnicas e movimentos das práticas corporais assumem ao longo da história um significado social próprio, associado ao tempo livre, que, por sua vez, é desvinculado das atividades e tempo de trabalho. Esse processo histórico aqui referenciado não é um eterno contínuo de pura complexificação de relações humanas previamente existente, mas, ao contrário, é algo contraditório marcado por elementos de continuidade e ruptura que se concretizam desde o conjunto da atividade prática objetiva do homem no mundo.

De tal modo, os atos de trabalho, como o de atirar com arco e flecha cujo objetivo é o de adquirir alimento para a comunidade, comporta uma habilidade corporal ou uma técnica similar ao longo da história, é uma prática corporal em seu período histórico inseparável do ato da atividade de trabalho. Esse ato vem, entretanto, a se converter em uma atividade qualitativamente diferente, quando atirar com o arco e a flecha se converte somente em uma competição com o intuito de medir o alcance ou a pontaria entre pares de um grupo social. Essa situação, a segunda, é um jogo ou brinquedo, é um fenômeno social com significado distinto do ato de caçar, atividade de trabalho, enquanto o jogo acontece no tempo livre, portanto, não possui nenhum caráter associado à produção com a caça entre certas comunidades para atender as necessidades de alimento. O jogo não tem nenhuma pretensão de atender as necessidades do estômago, ou seja, de conseguir alimento, mas é uma atividade que pretende dar vazão a uma necessidade do espírito, o gozo, sendo a finalidade do jogo o prazer. Ou seja, no caso dessa prática da cultura corporal, essa dispõe de significado e significantes próprios e distintos do ato de trabalho, marcada por uma “intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, ideias, conceitos produzidos pela consciência social e que chamamos de ‘significações objetivas’ ”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62).

Consequentemente, são fenômenos sociais distintos, mesmo com movimentos e técnicas similares. O ato de atirar com arco e flecha como jogo é uma cultura corporal, acontece no tempo livre, e o sujeito dessa atividade é um ser social que age como um jogador, cuja práxis está associada ao prazer, ao lazer; já na caça, com objetivo de obter alimentos, é uma habilidade corporal associada ao trabalho, ato que acontece no tempo de trabalho, e esse sujeito exerce o papel de produtor, um caçador, que executa essa atividade com a finalidade de conseguir alimento para atender a necessidade de comer. Ou seja, a cultura corporal tem uma relação com o trabalho, com os processos produtivos, parte dela

para se transformar na história, guardando relações de continuidade e descontinuidade com o ato de trabalho. Mesmo que indissociável do conjunto das atividades produtivas, as práticas da cultura corporal com o desenvolvimento das capacidades produtivas assumem uma particularidade como atividade social e histórica com significados próprios, distintamente do ato de trabalho, constituindo-se como um fenômeno social específico, que como todo fenômeno social é

um momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico; de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto, ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo conferir um sentido a algo mais. (KOSIK, 2011, p. 49).

Justamente por possuir o próprio significado autêntico, que é produtor e produto desse real, ao mesmo tempo revelador e revelado na relação com esse todo, demarcamos a cultura corporal como fenômeno social específico, com uma estrutura interna própria, como coisa, portanto, autônoma, que confere sentidos a esse mundo objetivo, nessa conexão recíproca entre a parte e o todo. Esse fenômeno, entretanto, autônomo, como um momento de um determinado todo, existe nesse todo, do qual é produto e produtor, e, nessa relação com o todo, mantém interações com os processos de trabalho; não um ato de trabalho originário, como uma abstração geral fundante da práxis humana, mas o trabalho como uma totalidade concreta, momento também de um determinado todo, também produto e produtor desse todo. Essa atividade produtiva da vida humana, dada em distintas formas particulares de relações de produção, continua a determinar as modalidades de existência da cultura corporal em cada momento histórico, por isso a autonomia dessa cultura corporal como fenômeno, como uma estrutura interna própria, é relativa.

Justamente por entendermos que as variadas maneiras de organização da atividade produtiva continuam determinando a existência das práticas da cultura corporal em seu conjunto, se faz necessário, para desvelar o conteúdo interno da cultura corporal, examinar esses múltiplos determinantes que resultam do conjunto da atividade humana no mundo. Do mesmo modo que o movimento de compreensão do real, também se faz necessário revelar o modo como a existência da cultura corporal determina a concretização dessa totalidade ante as relações recíprocas entre a parte e o todo.

Portanto, para desvelarmos o conteúdo do jogo, a dança, a ginástica, as lutas e o esporte como parte desse acervo da cultura corporal e, assim, atividades associadas ao

tempo livre e ao lazer, atividades vinculadas à produção e à fruição da cultura, marcamos a necessidade de examinar as bases materiais específicas de sua constituição, essas relações recíprocas que se aproximam das bases materiais do desenvolvimento do próprio lazer. Para tal, essa reflexão sobre o desenvolvimento das práticas da cultura corporal faz necessário o exame de elementos como :

- 1) [...] modo como o homem produz a existência; 2) [...] grau de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as possibilidades da produção da existência; 3) o grau de desenvolvimento das relações de produção, ou da divisão social do trabalho; 4) a capacidade organizativa e de pressão daqueles que, na divisão social do trabalho, produzem a existência. (CUNHA *apud* PEIXOTO, 2007, p. 60-61).

Assim, o exame da cultura corporal deve levar em considerações as condições objetivas sob as quais ocorre essa determinada prática. Sua existência se dá em consonância com um conjunto de resultados alcançados pela atividade humana no mundo. Portanto, é o caso de entender que a cultura corporal existe no mundo em uma interação interna com determinantes sociais, como o estágio de produção e organização da vida, os patamares de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e sobre o jeito como se dão lutas entre as classes sociais.

Desse modo, à medida em que o marxismo entende que a apreensão da existência humana, do homem como objeto sensível, deve tomá-lo como um ser concebido “em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 32). Partindo dessa dimensão materialista, a análise da cultura corporal trata de apreender os vínculos entre essas conexões sociais dadas, as condições objetivas e o modo como os seres humanos exercem suas atividades no mundo, entre as quais a produção e reprodução da cultura e a cultura corporal.

Ainda importa destacar o fato de que os seres humanos agem sobre o mundo, mas sob condições que já encontram prontas, ou seja, a atividade objetiva do homem se dá com suporte numa realidade material criada pelas gerações anteriores (BENSAID, 2013). Esse dado nos ajuda a entender que o modo como os seres humanos produzem e reproduzem a cultura corporal se dá com base nessas condições objetivas já dadas, as quais determinam o conjunto de práticas corporais que os seres humanos encontram prontas na sociedade.

A análise dessas conexões materialistas que determinam a existência das práticas da cultura corporal ocorre no exame da sociedade civil, pois essa é “o verdadeiro foco e cenário de toda a história”, é na sociedade civil que se dão as relações reais, determinadas

pela “forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 39). Nesse marco, essas relações reais existentes na sociedade civil sucedem de variados modos de produção da existência, os quais encarnaram, ao extenso da história escrita, modalidades distintas da divisão social do trabalho, de propriedade privada, relações de intercâmbio, de organização política e divisão e conflito entre as classes sociais. Nesse marco, importa evidenciar que essas conexões sociais específicas travadas no terreno da sociedade civil, à medida que impõem a existência das relações reais, também determinam a atividade humana e, portanto, suas práticas da cultura corporal.

Essas relações reais existentes na sociedade civil determinam a existência do tempo livre e da cultura corporal, como também a maneira de seu usufruto entre as várias classes sociais. Em sendo assim, o marxismo entende que o desenvolvimento das práticas da cultura corporal está associado a essas distintas modalidades de organização da vida social, em seus estágios particulares de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, como também com as modalidades específicas de existência das classes sociais e a lutas entre elas, fenômenos que se desdobram em seu interior e definem o conteúdo interno de práticas distintas da atividade humana e, conseqüentemente, na cultura corporal.

Portanto, ao examinarmos os diversificados formatos sociais – desde as comunidades tribais, sociedades escravistas na Antiguidade, feudalismo europeu e o capitalismo moderno – encontramos maneiras diversas de práticas corporais elaboradas em seus interiores que correspondem às respectivas atividades objetivas desses seres sociais no mundo; como também nos permite entender que as transformações e a superação desses modos de organização da vida são parte do que explica as mudanças e a constituição de novas práticas da cultura corporal.

Ainda, essas maneiras de organização da vida, também são marcadas pela fragmentação social em classes, no âmbito da qual os sujeitos passam a ocupar posições distintas e desiguais nessas sociedades em relação a fatores como propriedade dos meios de trabalho, o processo de produção, a apropriação do resultado do trabalho e, por consequência, ocupam posições desiguais de poder desde esses modos da divisão social do trabalho. Nessas configurações societárias, seu aspecto contraditório expressa que, com a “[...] divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a

indivíduos diferentes” (MARX e ENGELS, 2007, p. 36), ou seja, em classes sociais diferentes.

Essas distintas posições que os indivíduos ocupam ante a fruição e o trabalho, a produção e consumo resultam das relações sociais travadas na sociedade civil, produto de relações contraditórias nas quais os indivíduos, ao ocuparem posições desiguais e antagônicas em suas atividades objetivas, constituem e assumem um lugar de classe, ou seja, vivendo em uma situação que as constitui em estratos sociais distintos. Essa divisão social que há em variados modos de organização da vida indica que parte da história da humanidade é marcada pela constante oposição entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos, sendo a história dessas sociedades assinalada pela história da luta de classes entre o homem “livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro”. (MARX e ENGELS, 2010, p. 40).

A existência de classes e da luta entre si determina a maneira como se constituem, se desenvolvem e são transformadas as variadas práticas da cultura corporal. Por isso, os jogos olímpicos gregos, as práticas cavalheirescas, a ginástica moderna e os esportes são, respectivamente, indissociáveis da existência e da luta entre o homem livre e o escravo; entre o senhor feudal e o servo; entre a aristocracia feudal e a burguesia nascente; e entre a burguesia e o proletariado. Portanto, a história da cultura corporal é também determinada pela história da luta de classes.

O exame da cultura corporal na contemporaneidade, então, deve dar conta de desvelar como as relações reais fundadas com o advento da sociedade capitalista determinam sua existência. Na contemporaneidade, a cultura corporal deve ser examinada com suporte na criação da indústria moderna, do predomínio do trabalho assalariado, do desenvolvimento do mercado mundial, dos meios de comunicação e do processo de produção associados à criação de mercadorias. Em síntese, devemos entender a produção dessas práticas corporais em meio às relações reais geradas em uma ordem sistêmica em que o capital “é compelido continuamente a aumentar seu espaço de acumulação e acelerar o ciclo de suas rotações. Transformando tudo em mercadoria”. (BENSAID, 2013, p. 49).

A cultura corporal, portanto, é objeto de transformações profundas, assume novas configurações quanto a sua existência na sociedade marcada pelo domínio burguês, uma vez que, com o advento da sociedade capitalista, a existência da cultura corporal é determinada pela lógica de reprodução do capital, mediada pela circulação de mercadorias, pela dinâmica própria dessa sociabilidade que, ao mesmo tempo em que revoluciona

incessantemente suas formas de produção e suas relações sociais, também revoluciona a existência das práticas da cultura corporais.

Caráter de Classe da Cultura Corporal na Sociedade do Capital

Na lógica de reprodução do capital, impera a tendência à conversão de todos os bens materiais e imateriais em mercadorias. A produção da cultura corporal, também, está imersa nessa lógica tendencial do capital, com a imposição de sua conversão em mercadoria. Nesta seção, discutimos três elementos que identificamos como determinantes para o caráter de classe da cultura corporal: a conversão em mercadoria por parte da cultura corporal, sua conformação com a formação das grandes cidades, e a maneira como essa se manifesta, com arrimo na imposição do trabalho assalariado feito relação social de produção predominante na ordem do capital.

Ao indicarmos que o exame da cultura corporal deve levar em consideração as relações de classe, o fizemos por entendermos que, na sociedade capitalista, a existência de um modo particular da divisão social, gerada por suas relações de produção, ao distribuir “as pessoas em situações de classe, que essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses”, determina as relações que essas pessoas têm com o mundo e com as práticas da cultura corporal. (WOOD, 2011, p. 76).

Em particular, essas relações são determinadas desde a existência das três grandes classes especificamente capitalistas – burgueses, proletários, proprietários fundiários – além das classes médias. Essas classes surgem e se desenvolvem de uma base material criada pelo modo de reprodução do capital, que cria condições desiguais de reprodução da vida, ensejando situações sociais particulares, condições concretas, em que “homens e mulheres vivem relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdaram, e à medida que trabalham de formas culturais suas experiências”. (THOMPSON *apud* WOOD, 2011, p. 76). Por sua vez, essas situações sociais particulares marcadas por condições estruturantes desiguais e contraditórias de existência, criadoras das diferentes classes sociais, também incluem as modalidades desiguais de produção e a apropriação da cultura corporal.

Assumimos, com Wood (2011, p. 89), a compreensão de que as classes se formam com amparo numa totalidade complexa de relações sociais e legados históricos,

que se “estendem além do processo imediato de produção e do nexos imediato de extração” de mais-valia, mas que envolvem “uma ligação que engloba todas as unidades particulares de produção e a apropriação”. As classes surgem, portanto, da “experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de exploração. É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a ‘disposição de agir como classe’”. (WOOD, 2011, p. 89-90). Na seara das experiências vividas – as quais também contribuem para conformar a disposição de agir como classe – estão as vivências das práticas da cultura corporal, uma vez que as distintas modalidades de produção e apropriação estão imersas em situações de classe, ou seja, acessam a cultura corporal marcada por seu caráter de classe.

Uma vez que as práticas da cultura corporal são determinadas pelas relações de classes constituídas no interior das distintas formas sociais em suas variadas maneiras da divisão social, com o advento da sociedade capitalista, essas práticas sociais são alvos dos efeitos das profundas transformações originadas pela vida social, que passa a ser regida pela lógica de reprodução ampliada do capital, e, em particular, assumem características particulares ante as relações de classe e seus modos de produção e apropriação da riqueza social inaugurada pela força metabólica do capital. Em particular, a dinâmica produção da cultura corporal passa a ser determinada pela lógica de produção de mercadorias, reformulando drasticamente o modo de sua produção e seu acesso, para os membros da classe trabalhadora. Ainda, a dinâmica de criação de práticas corporais subsumida à lógica da produção e circulação de mercadorias, também, determina a padronização dessas práticas corporais, impulsionando sua produção em massa numa escala global. Desse modo, a dinâmica de conversão da cultura corporal em mercadoria é o primeiro elemento definidor do caráter de classe da cultura corporal nesta sociabilidade.

Ao examinar o processo de mercantilização da riqueza social na sociedade capitalista, Marx (2008) a entende como um movimento tendencial, que resulta das “forças materiais essenciais que são constituídas pelas relações sociais capitalistas”. (FINE e SAAD FILHO, 2021, p. 119). O conceito de movimento tendencial remete à ideia de uma dinâmica predominante nessa forma social, em sua capacidade de subordinar a produção da riqueza à valorização do capital por intermédio da produção de mercadorias. Esse movimento, contudo, nunca é absoluto, nem todas as atividades produtivas são convertidas em mercadorias, à medida que os movimentos tendenciais interagem com as

contratendências à mercantilização da mercadoria. Não estamos afirmando que toda a prática da cultura corporal está subordinada à dinâmica de reprodução de capital, porquanto diversas vivências escapam a essa tendência. Entendemos, todavia, a mercantilização da riqueza social como uma tendência predominante que interfere profundamente no modo como se dá a existência das práticas da cultura corporal na sociabilidade do capital.

Em particular, na sua fase monopolista, o modo de produção capitalista avança com seu domínio sobre os serviços essenciais à vida dos trabalhadores, como educação, lazer e saúde, que passam a ser convertidos em mercadorias. Não é diferente com as práticas da cultura corporal que sofrem recebem os efeitos dessa desse processo de mercantilização, vinculada à extração de mais-valia e, conseqüentemente, à manutenção e valorização de capital.

Destarte, à medida que impera sobre a ordem do capital uma lógica tendencial de transformação de bens e práticas culturais em mercadorias, concretiza-se uma mudança no modo de produção e apropriação desses bens culturais. Sua produção, circulação e consumo não estão prioritariamente associados à satisfação das necessidades dos membros da comunidade, ao contrário, a produção da cultura corporal passa a ser parte do circuito de reprodução ampliada do capital, um momento do movimento de extração e realização de mais-valia que resulta da exploração do trabalho humano.

O resultado dessa dinâmica tendencial de mercantilização de bens e práticas culturais é uma profunda transformação da cultura corporal, a exemplo do futebol, quando, nas primeiras décadas do século XX, em sua “[...] passagem do futebol das escolas para as fábricas não se refletiu apenas na adoção do profissionalismo”, mas também numa transformação do esporte, que já não se restringia a uma “atividade de lazer ligada à melhoria da condição física e mental do indivíduo, sendo agora alçado também à condição de mercadoria” (FERREIRA, 2005, p. 2); ou, ainda, quando os eventos mais recentes, desde os anos de 1990, quando, no futebol se opera uma profunda transformação na relação entre torcedores e seus clubes como parte de um movimento acelerado de intensificação da sua mercantilização, marcado por fenômenos como “arenização” dos estádios – com sua transformação em áreas comerciais – que se combina aos esforços por conferir aos torcedores uma nova condição de torcedores-consumidores. Esse movimento de transformação das práticas de lazer se dá tanto pela ampliação dos valores dos ingressos quanto pela destruição dos setores populares dos estádios – a exemplo, a extinção do setor

das gerais no caso do Castelão (Fortaleza) e Maracanã (Rio de Janeiro) – em suas recentes reformas que padronizam os estádios pelo Brasil. Esses mecanismos de mercantilização das práticas corporais operados pelos agentes do capital restringem o acesso ao lazer por parte da classe trabalhadora (DEMIER e MATTOS, 2019).

Nessa contextura, a cultura corporal também suporta os efeitos da lógica de mercantilização quando da ampliação de espaços privados para efetivação das suas práticas. A prática do futebol é novamente um exemplo, tanto pela redução dos campos públicos, desde a intensa especulação imobiliária nas grandes cidades, quanto pelo avanço de empreendimentos privados dos setores de capital sobre o lazer, com a criação de escolinhas de futebol privadas, em campos sintéticos, substituindo as práticas de futebol em campos de várzea. Essas novas dinâmicas das práticas da cultura corporal transformam no cotidiano seus modos de produção e apropriação para os jovens membros da classe trabalhadora.

O caso mais emblemático é a prática da ginástica, transformada profundamente com o advento da indústria *fitness* e com seu modelo de academias de ginástica privadas. Em proliferação no mundo e no Brasil, com apoio na alocação de capital privado nesse setor que alcançou no mundo em 2017, dados divulgados pela Revista da Acad Brasil (2018), cerca de 174 milhões de clientes, em 65 mercados contando mais de 201 mil academias, movimentando valores na ordem de 87,2 bilhões de dólares no mundo. O Brasil, em 2017, possuía 34 mil estabelecimentos e um número de praticantes de mais de 9,6 milhões, somando uma movimentação de valores na ordem de US\$ 2,1 bilhões.

Todos esses fenômenos da cultura corporal em seus formatos singulares passam a ser determinados pela relação de subsunção à produção, circulação e consumo de mercadoria. Desse modo, as trocas mercantis mediadoras de valorização do capital condicionam o acesso às práticas corporais, o que ceifa, total ou parcialmente, o acesso aos membros da classe trabalhadora a algumas dessas práticas. Significa dizer que a força imperativa do ciclo valorativo do capital produz efeitos destrutivos sobre as condições de vida humana, o que inclui, inevitavelmente, a restrição aos trabalhadores assalariados ao acesso dos bens culturais produzidos coletivamente.

De outra vertente, a ação do capital também se delineia nas transformações dessas práticas da cultura corporal, seja nos exemplos do futebol em sua prática profissional ou ainda como lazer na juventude em campos sintéticos de escolinhas pagas, ou nas formas de acesso aos estádios convertidos em arenas, cada vez mais excludentes ao

lazer do trabalhador e, por fim, a indústria *fitness*, cujas academias e maquinários em espaços privados remodelam por completo a prática da ginástica. A mercantilização das práticas da cultura corporal impõe transformações no espaço e nos modos de sua execução, substituindo os campos de várzea e os diversos espaços públicos como lugares prioritários das práticas da cultura corporal, passando a ser realizadas em espaços privados e mercantilizados associados ao circuito da reprodução do capital.

Ainda, essa extensa e gradual conversão da produção das práticas corporais em produção de mercadoria, que define um caráter de classe para a cultura corporal, é indissociável do processo histórico e social que conforma o trabalho assalariado como a relação social de produção hegemônica na sociabilidade do capital. As transformações nos modos de produção e apropriação da cultura corporal se confundem com a constituição do capitalismo e da classe trabalhadora assalariada moderna. O surgimento do trabalho assalariado como relação social de produção implica para essa a nova classe de produtores diretos, não só em novas condições de trabalho, mas também num conjunto de novas condições de reprodução da vida cotidiana, transpondo o espaço de trabalho. O conjunto desses fatores é o que denominamos de condição operária, e se refere às condições de existência do proletariado, sendo sobre essa base material que esses sujeitos vivenciam suas situações de classe que os conformam como proletários.

Essas transformações nas relações sociais de produção, efetivadas pela Revolução Industrial como parte do conjunto das revoluções burguesas, é que, ao imporem a “[...] vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual” (ENGELS, 2010, p. 50), geram a substituição dos trabalhadores manuais por máquinas. O avanço dessa força material revolucionária que converte “[...] instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas” (ENGELS, 2010, p. 59-60) é parte do processo pelo qual, gradativamente, todos os produtores diretos são convertidos em trabalhadores assalariados, encontrando no salário a única fonte de renda.

Por outro lado, essa força social se combina com o avanço da máquina e da indústria moderna na destruição da pequena e média propriedade. Esses dois elementos fazem com que desapareçam “[...] para o operário qualquer possibilidade de tornar-se burguês” ou a possibilidade de “[...] tocar qualquer iniciativa autônoma,” de trabalho. O “[...] proletariado tornou-se uma classe real e estável da população [...]. Agora, quem quer que nasça operário não tem outra alternativa senão a de viver como proletário ao longo de sua existência” (ENGELS, 2010, p. 60), será um trabalhador assalariado por toda a vida. O

proletariado passa a se converter em uma classe, à medida que sua existência se pereniza, resultado da supressão de formas de trabalho autônomo e da pequena e média propriedade com a criação da grande indústria moderna.

Entender o processo de constituição do proletariado moderno nos conduz a refletir como as relações de classe definem a lógica de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida. O trabalho assalariado delimita as condições materiais de reprodução da vida do proletariado, ao passo que o salário delimita a parcela da riqueza social destinada a esses produtores diretos. Em um mundo no qual prevalece a conversão de todos os bens materiais e culturais em mercadoria, a dimensão monetária do salário (preço) limita, quantitativa e qualitativamente, o acesso aos bens materiais e culturais por parte da classe trabalhadora.

Assim, o trabalho assalariado e a conversão, em mercadoria, da cultura corporal são barreiras de classe suscetíveis de impedir suas práticas para os trabalhadores, uma vez que o acesso de parte das práticas corporais passa a ser condicionado à relação de compra e venda como qualquer outra mercadoria. Os trabalhadores modernos dependem de que o preço de sua força trabalho (salário) seja quantitativamente suficiente para atender a todas as necessidades primordiais, para, então, com o dinheiro restante, irem à compra da mercadoria **cultura corporal**.

De efeito, as relações sociais de produção criadas na sociabilidade do capital são parte da base material, com amparo na qual o proletariado surge como classe, à medida que é com suporte nessas relações que se cria uma totalidade complexa de situações, nas quais esses trabalhadores e trabalhadoras “[...] compartilham uma experiência comum, identificam seus interesses comuns e passam a pensar e atribuir valor conforme as formas de classe”. (WOOD, 2011, p. 79). Esse *compartilhamento de experiências comuns* perpassa a condição comum de desigualdade de apropriação da riqueza social delimitada pelo trabalho assalariado. Entre outras diversas experiências, também comporta o modo de acesso desigual da cultura corporal por parte desses trabalhadores assalariados. Já que a combinação entre trabalho assalariado e mercantilização dos bens e práticas culturais na sociedade capitalista dá azo a uma situação comum entre esses assalariados quando da efetivação das suas práticas da cultura corporal, em grande medida, o modo de acesso à cultura corporal é mediado pela inexistência de espaços, estrutura acessível e a negação de tempo livre, ou seja, o aspecto da segregação sociocultural para o conjunto dos trabalhadores – no Brasil, em sua maioria, negros e negras – define o tipo de situação de

classe quando das vivências das práticas da cultura corporal. Portanto, essas são experiências que, ao mesmo tempo em que os ajudam a *estabelecer interesses comuns, identificam seus interesses comuns e passam a pensar e atribuir valor conforme as formas de classe*, que os distinguem e os colocam em uma posição de antagonismo às demais classes sociais.

O segundo elemento que determina a conformação da cultura corporal nesta sociabilidade está associado à formação das grandes cidades - uma vez que a urbanização corresponde à lógica de produção de capital, que cria as grandes concentrações urbanas como uma força produtiva do grande capital, que autoriza e impulsiona seu ciclo valorativo. Essa nova organização do espaço direcionada pela expansão do capital, centrada no urbano em contraposição ao rural, tanto determina a formação do proletariado como classe, como também transforma as práticas da cultura corporal.

As cidades, ao mesmo tempo em que surgem da ação de concentração de capital no espaço, também retroalimentam essa grande concentração de capital, impulsionando essa produção de mercadorias em grande escala. Essa dinâmica da produção, também, está associada e produz tanto a fixação de mais capitais como também aglomeração de trabalhadores, o que se converte em dos elementos para a constituição do proletariado como classe. Além de aglomerar assalariados no espaço urbano, a lógica de organização espacial das cidades, também, define as situações de classe e suas experiências comuns em torno das suas condições objetivas de reprodução da vida.

Sinalizada pelo imperativo da reprodução do capital, a organização urbana reproduz relações de classe quando da definição da lógica da distribuição do espaço. Sob essa premissa, as cidades surgem em uma organização do espaço que é determinada e ao mesmo tempo criadora das desigualdades de classes. Assim, os bairros, as moradias, a organização espacial e os meios de locomoção assumem signos de classe. Ou seja, burgueses, proletariados, classes médias e proprietários fundiários possuem lugar e acesso desigual à estrutura urbana gerada nas cidades modernas.

Engels analisa essa dimensão de classe na formação das cidades industriais na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX, e reflete acerca dos seus efeitos sobre a criação das condições de existência operária a partir das suas moradias, descrevendo as casas operárias como “mal localizadas, [...] mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo [...]; o

interior das casas é miserável: chega-se mesmo a ausência total de móveis mais indispensáveis”. (ENGELS, 2010, p. 115).

Engels destaca o fato de que essas moradias eram localizadas em bairros distintos, enquanto os lugares da cidade ocupados por operários se diferenciavam do luxo e da organização dos bairros burgueses. Portanto, a segregação socioespacial imposta pela lógica de ocupação do espaço pelo capital tanto se dava como organização das cidades com a existência de bairros específicos para a classe operária, como pela qualidade de suas casas. Essa segregação socioespacial conforma o fato de que as cidades são organizadas com base numa lógica de segregação de classe, com uma organização sistemática, que, segundo Engels (2010, p. 90), mantém “[...] a classe operária afastada das ruas principais”. Citando o exemplo de Manchester, o Autor tedesco relata que a cidade é

Construída de um modo tão particular que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou passear. A razão é que [...] bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média. (ENGELS, 2010, p. 88-89).

Hardman (2002, p. 55) reafirma a análise de Engels quando trata da situação das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, indicando que “[...] a segregação feita pela classe dominante chegava a níveis dignos da pré-história da cidadania”. Transpondo o confinamento, há (des)organização do espaço e falta estrutura mínima, uma vez que os bairros operários são marcados pela ausência de saneamento básico ou coleta de lixo regular, inexistência de planejamento urbano, com uso desordenado do espaço, particularizado por vielas tortuosas e ruas sem pavimentação, ausência em grande magnitude de espaços destinados ao lazer e às práticas corporais.

Os indicadores sobre a realidade das grandes cidades brasileiras, entretanto, não passaram por grandes transformações durante o século XX. Os dados mais recentes retratam que a urbanização nesse intervalo de tempo perpetuou a lógica de segregação socioespacial como um padrão de nossas cidades, demarcando as profundas contradições de classe no que se refere à ocupação do espaço. Maricato, citada por Ferreira (2010, p. 194), descreve essa lógica de organização de nossas cidades como uma “urbanização desigual”, que consolida um modelo de urbanismo assente numa “modernização excludente”, que prioriza “investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a conseqüente segregação e diferenciação acentuada na

ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos” entre os lugares ocupados pelas distintas classes sociais: burgueses, estratos médios e proletariado.

A segregação socioespacial produto dessa urbanização desigual se efetiva em um quadro urbano que no Brasil possui números trágicos, revelando uma realidade por demais contraditória, em particular, pela existência de mais moradias desocupadas – cerca de 7,9 milhões – do que pessoas sem casa. Além disso, entre os setores da classe trabalhadora que possuem moradias, essas são, em um número significativo, moradias precárias, já que cerca de 42% do déficit habitacional diz respeito à situação de coabitação – circunstância em que mais de três membros da família dividem o mesmo dormitório – são aproximadamente 12 milhões de famílias. Complementam o quadro nefasto os mais 5,4 milhões que vivem em domicílios sem banheiro e um número aproximado de 5 milhões de domicílios localizados em favelas (SZERMETA, 2020). Essa lógica de ocupação do espaço centrada na sua exploração como meio de rentabilidade do capital resulta em ocupações desordenadas nas periferias das grandes e médias cidades por parte de setores mais pauperizados da classe trabalhadora, comprometendo áreas de proteção ambiental, tomadas por ocupações precárias de alta densidade habitacional (FERREIRA, 2010).

Por oportuno, destacamos o fato de que esse confinamento da classe trabalhadora, mantida longe das áreas centrais das cidades, ocupando moradias precárias em bairros periféricos, onde quase inexitem áreas verdes e espaços públicos para o lazer, estabelece uma modalidade de ocupação do espaço mediado pela divisão da sociedade em classes. Esse modelo de ocupação, ao impor a exclusão do acesso das principais estruturas de cultura e lazer da cidade, determina as relações de classes que os trabalhadores travam com a cidade e os seus espaços, uma relação arrimada numa lógica de segregação socioespacial, sociocultural e política do conjunto da classe trabalhadora.

Essa dinâmica de ocupação desigual e excludente do espaço ante a formação das grandes cidades faz parte do processo de constituição das classes sociais, na medida em que essas são concebidas nesse modo de urbanização em condições distintas e desiguais de acesso a riqueza social e cultura, condições que criam as experiências comuns dos trabalhadores com os espaços das cidades como situações de classe. As relações distintas com o espaço são, portanto, parte da base objetiva que vem a formar o conjunto dos assalariados como classe. Nesse marco, também, estão as modalidades de resistências coletivas em prol da efetivação do acesso aos bens materiais e às riquezas sociais, a luta pelo direito a moradia, a estrutura urbana, como transporte e áreas de lazer, o que incluía a

luta pelo acesso às práticas da cultura corporal entre os trabalhadores assalariados. Nessas dinâmicas de reprodução da social, com ações de lutas coletivas, vinculadas às situações de relações de trabalho, mas, além delas, no tempo livre, no acesso à cultura, o lazer e as resistências compartilhadas entre esses trabalhadores, nos espaços da cidade, são parte do extenso processo histórico de formação do proletariado.

Com efeito, a formação das grandes cidades determina o modo de produção e apropriação da cultura corporal com suporte nas relações de classe - uma vez que, para o proletariado imerso nesses espaços urbanos, impera uma dinâmica de segregação socioespacial e segregação sociocultural que se refere a sua exclusão ao acesso aos bens e aos meios para o usufruto da cultura e da cultura corporal. Portanto, a formação das grandes cidades determina a existência da cultura corporal sob um selo de classe, uma vez que a dinâmica de ocupação do espaço nesses *locis*, mediada pelo imperativo do capital e suas dinâmicas de excludente, define a maneira como sucedem a produção e a apropriação da cultura e da cultura corporal nessa sociabilidade, indicando que essa cultura corporal é gestada sobre relações de classe.

Por sua vez, a formação das grandes cidades, além de definir o caráter de apropriação da cultura corporal sob o aspecto da segregação de classe, também redefine as próprias características dessas práticas corporais. As cidades geradas com arrimo nas grandes concentrações de estruturas de produção e reprodução de mercadorias, aglomerações de populações e a mercantilização da terra restringem, significativamente, a existência de áreas verdes e livres para o lazer. Essa drástica redução de espaços livres no meio urbano representa toda uma transformação das maneiras de organização da vida, sinalizada pela subordinação do campo às cidades, com a conversão do meio urbano do espaço prioritário de reprodução da vida.

Com a mudança na organização espacial, a transferência para o *locus* urbano, o papel de lugar prioritário de reprodução da vida repercute no modo de constituição das práticas da cultura corporal. Essa contradição entre campo e cidade determina a superação de toda uma época histórica da cultura corporal, quando predominavam práticas em grandes espaços livres. A criação de esportes, como o futebol, o rúgbi, o hipismo, o beisebol etc., surgiu no século XIX como resultado da consolidação da ordem do capital e em meio à efetivação dessa transição entre o campo e o urbano, ou seja, no movimento de formação das grandes cidades modernas.

Uma vez que prevalece a imposição do urbano em sua organização espacial norteada sob a ordem do capital, áreas verdes e de lazer, espaços livres e abertos, antes componentes da origem das principais áreas urbanas são devastados. A consolidação do espaço urbano representa para a cultura corporal uma gradativa substituição do uso dessas grandes áreas livres, como espaço prioritário de suas práticas, pelas áreas menores, fechadas e urbanizadas, a exemplo de ginásios e quadras poliesportivas. Essas transformações do espaço são partes constituintes de toda uma nova época da cultura corporal, arrimada na prevalência do espaço urbano. Nessas práticas, predomina o uso de pisos artificiais de madeira ou cimento em substituição ao solo natural de terra ou grama, ambientes fechados e com espaços reduzidos. Essa é a época da cultura corporal, na qual são constituídos os esportes de quadra, como o basquete, *handball*, vôlei, futsal, todos criados ao final do século XIX e durante o século XX - além de um conjunto de práticas corporais que utilizam o ambiente urbano em suas áreas amplamente impermeabilizadas, como ruas, calçadas, seus obstáculos como *locus* originário de sua realização, como exemplo, o *skate*, o patins e o *le parkour*.

Essas transformações da cultura corporal resultam do desenvolvimento da ordem capitalista, com sua dinâmica de formação das grandes cidades. Essas práticas da cultura corporal são produtos dessas relações de classe e não devem ser examinadas de maneira desvinculada dos fenômenos que determinam sua existência. A tradicional explicação a respeito da origem dessas práticas, vinculadas exclusivamente às necessidades particulares e isoladas, tendem a negar a relação entre essas respostas e o movimento geral de transformação das práticas corporais em curso com a urbanização e as mudanças mais amplas nos formatos de organização da vida; isto sem negar, a exemplo, o basquete, a necessidade do ambiente fechado como alternativa ao frio para sua prática, a criação dessa cultura corporal está associada, prioritariamente, à possibilidade de criar um espaço que abrigue os praticantes dessa cultura corporal no inverno. Essa possibilidade corresponde ao avanço do capitalismo e de sua urbanização, sendo dessa base material que advêm as opções que permitem criar o basquete. Por esse motivo, o fenômeno de sua criação é indissociável das relações de produção e de classe que geram as transformações no espaço, ao mesmo tempo em que o próprio surgimento do basquete e dos demais esportes de quadra também são parte do movimento que produz continuamente essas transformações urbanas, com a existência de ginásios e quadras passando a fazer parte das paisagens urbanas.

O terceiro elemento que determina o caráter de classe da cultura corporal remete à imposição do trabalho assalariado, relação social de produção predominante na ordem do capital. O trabalho assalariado é o resultado fundamental das relações de classe fundadas sob a ordem do capital, e seu surgimento representa para os produtores diretos a perda da autonomia do processo de trabalho. Resultado das revoluções burguesas, o advento do trabalho assalariado guarda relações com a supressão da pequena e média propriedade privada junto com a pequena indústria doméstica e o trabalho manual. Essas transformações no processo de produção ensejam a superação da autonomia dos produtores diretos no processo de trabalho, o que também significa a perda de controle sobre o produto e o tempo de duração do trabalho.

O surgimento do trabalho assalariado representa toda uma nova relação social de produção, na qual os produtores diretos passam a ser despossuídos, ou seja, passam a ser não-proprietários dos meios de trabalho. Essa nova condição de existência é parte do que constitui esses trabalhadores como uma classe, criando o proletariado como o estrato dos não-proprietários e trabalhadores assalariados, essa situação de classe ao mesmo em que determina suas condições gerais de reprodução da vida sobre um formato de camada social, também impõe as condições de acesso ao lazer e às práticas da cultura corporal.

Por sua vez, a criação de trabalhadores assalariados como uma relação social de produção na qual seus sujeitos perdem a autonomia do trabalho representa, portanto, a superação de toda uma modo de vida de produtores pré-capitalistas, a qual continha todo um conjunto de condições distintas em relação à produção, ao tempo e às práticas da cultura corporal. Engels cita o exemplo de tecelões que moravam fora das cidades inglesas, nas primeiras décadas do século XIX, os quais, produzindo com teares manuais em indústrias domésticas, ainda detinham a autonomia em relação ao trabalho, possuindo o controle do “tempo e a duração de seu trabalho”. (ENGELS, 2010, p. 46). Ainda segundo Engels, essa maneira de produzir tanto lhes possibilitava uma “situação material [...] bem superior à de seus sucessores”, como garantia uma autonomia do trabalho com o controle sobre o tempo de produção que lhes permitia

Participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuía para a manutenção de sua saúde e para o revigoração de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas com compleição robustas, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos camponios. (ENGELS, 2010, p. 46).

O exemplo dos tecelões revela como o acesso às práticas da cultura corporal é determinado pelo modo como os produtores diretos participam da produção. A relação social de produção dos tecelões, vinculados à posse da pequena propriedade, lhes permitia o controle do tempo de trabalho, inclusive autorizando-os a definir a quantidade de tempo de lazer. A condição dos trabalhadores assalariados modernos é distinta, sua relação social de produção representa a perda de autonomia do trabalho, o que significa a ausência de controle sobre o tempo de produção. O controle sobre o processo e o tempo de trabalho já não pertence aos produtores diretos, passando a ser um poder da burguesia, à medida que essa surge no processo produtivo como detentora dos meios de trabalho.

A burguesia atua para estender ao máximo a jornada de trabalho, o que limita o tempo livre dos trabalhadores, com isso, o tempo de realização da cultura corporal, uma vez que a sua prática depende da existência desse tempo livre, tempo de não-trabalho. Portanto, na sociabilidade burguesa, a distribuição do tempo livre dos trabalhadores assalariados passa a ser determinada pelos antagonismos de classe, indicando que as condições de realização das práticas corporais são determinadas pela luta de classes.

À medida que a produção da riqueza privada está associada à extração de mais-valia com suporte no trabalho não pago contido na relação de trabalho assalariado, as ações imperativas da classe dominante são sempre no sentido da ampliação do tempo de trabalho como meio de ampliação do tempo de trabalho excedente ante o trabalho necessário. Desse modo, as relações de classe travadas sob a égide do capital, em especial sob a relação de exploração estabelecida pelo trabalho assalariado, são uma força social que age no sentido de restringir o tempo livre do conjunto da classe trabalhadora. O impulso do capital por gerar mais-valia à apropriação de riqueza privada está no sentido oposto da possibilidade de existência do tempo livre e a ampliação do lazer. As tendências do capital são da expansão e ampliação da jornada de trabalho, inclusive sob formas de jornadas com tempo indefinido. Portanto, a conversão dos produtores diretos em trabalhadores assalariados se faz fator que limita o direito ao tempo livre, ao lazer e, por conseguinte, ao acesso das práticas corporais. Desse modo, a existência da cultura corporal é indissociável da luta travada por parte do conjunto dos trabalhadores pela regulamentação da jornada de trabalho de oito horas, como a luta pelo tempo livre, a peleja pelo direito à preguiça, nas palavras de Lafargue (2012), é ao mesmo tempo a luta da classe trabalhadora pelo direito ao acesso à cultura corporal. Assim, a existência da cultura corporal na sociabilidade do capital contém um claro aspecto de classe, e sua existência deve ser entendida com amparo

nas suas relações com a luta histórica dos trabalhadores, ou seja, para entender o seu conteúdo interno, a cultura corporal deve ser examinada à luz da luta de classes.

As contradições entre as relações de produção, porém, relações de classes e o tempo de lazer constituído no interior da sociedade capitalista, conduzem a uma transformação que não se restringe somente aos formatos de produção com a imposição do trabalho assalariado e a expropriação da pequena propriedade. Essa nova ordem social implica, igualmente, mudanças nos modos de produção e apropriação, que impõem, também, a subordinação e exploração de produtores diretos envolvidos em uma “enorme quantidade e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado”. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 102).

Assim, importa destacar o fato de que também está imerso nas contradições de classe um conjunto de trabalhadores não assalariados, associados à produção da força de trabalho que, como mercadoria especial, no ciclo de produção do capital, é utilizada excessivamente, e, por vez, mesmo não sendo produzida e reproduzida pelo capital, ainda assim, torna-se vital para esse ciclo - como bem expressa Marx (2008, p. 275), quando, enfaticamente, diz que o “proprietário da força de trabalho é mortal. Se, então, sua aparição no mercado deve ser contínua, e a contínua conversão de dinheiro em capital pressupõe isso, o vendedor da força de trabalho deve perpetuar”.

É o ciclo de produção do capital em uma dependência relutante com outro ciclo, este por sua vez oculto, que é o de reprodução da vida. A estrutura da reprodução social, ao pensar sobre a classe trabalhadora, é perceber como essencial o reconhecimento que os trabalhadores têm uma existência além do local de trabalho e que este deve ser capaz, todos os dias, ininterruptamente, de executar o mesmo trabalho em iguais condições de saúde e de força.

Bhattacharya (2019, p. 102) exprime um questionamento, que é o ponto de partida para o entendimento da reprodução da força de trabalho, que é: “Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? E, quais as implicações da força de trabalho sendo produzida fora do circuito da produção de mercadorias, mas sendo essenciais para ela?” (BHATTACHARYA, 2018, p. 8).

Vale destacar o fato de que a produção de bens e serviços e a produção da vida integram um mesmo processo, o de manutenção do capital. Esse capital, todavia, que usufrui até a última energia, desempenhada pelo dono da força de trabalho, isenta-se das responsabilidades por sua reprodução. É notório, pois, o fato de que os trabalhadores, após

produzirem mais-valia e ao final de sua jornada de trabalho, por serem considerados sob a égide do capitalismo, como trabalhadores livres, o capital se desobriga das condições de regeneração do trabalhador, conseqüentemente, da reprodução da força de trabalho.

O local historicamente mais duradouro para a reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho é a unidade baseada em parentesco, que conhecemos por família. Ocorre por intermédio da alimentação, do abrigo, dos cuidados psíquicos, entre outras atividades na preparação da regeneração dos trabalhadores para o próximo dia de trabalho. É na família, entretanto, também, que é desempenhado o papel fundamental na reprodução biológica, ou seja, na produção de pessoas para a substituição geracional da classe trabalhadora (FERGUSON e MCNALLY, 2017).

A família exerce uma importante função, ao garantir a produção e reprodução da força de trabalho, mas não é a única, pois a tarefa de renovação individual e coletiva também se dá por intermédio de outras relações e instituições sociais, que compõem o circuito de reprodução social, como a educação pública, sistemas de saúde, as instalações de lazer na comunidade, as pensões e benefícios para idosos. Da semelhante maneira, a substituição geracional não sucede apenas na unidade familiar, por intermédio do parto, pois, embora seja dominante, o capital se louva em outras maneiras, a exemplo da imigração nas fronteiras nacionais (BHATTACHARYA, 2019).

Não obstante, a coincidência nada eventual que cerca estes acontecimentos é que a maioria destas funções é desempenhada por mulheres, as quais são desproporcionalmente suportadas por elas e utilizadas pelo capital. Embora a família seja fundamental para a opressão às mulheres na sociedade capitalista, tal opressão, nessa perspectiva, gravita à órbita da importância do trabalho doméstico para o capital e o controle oculto que ele exerce sob a regulação da regeneração da força de trabalho de modo não remunerado, como a da capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores (FERGUSON e MCNALLY, 2017).

Não há nenhuma manutenção dos trabalhadores fora das esferas socioinstitucionais de vida e, mesmo o Estado desembolsando certo recurso para a reprodução social da força de trabalho, é apenas nas casas da classe trabalhadora que a reprodução social permanece desassalariada (FERGUSON e MCNALLY, 2017).

Com amparo nessa reflexão explorada nos excertos acima, logramos identificar algo importante e que deve ser considerado, qual seja: se o tempo livre dos trabalhadores é duramente ceifado pela lógica de produção do capital, contudo, para as mulheres

trabalhadoras que providenciam o suporte principal do capitalismo fora do local de trabalho, estão ainda mais restritas a conquista e garantia do tempo livre. Uma vez que essas mulheres trabalhadoras, segundo Bhattacharya (2019, p. 106), equilibram o fardo do trabalho não pago em casa com um trabalho remunerado em tempo integral, ou seja, mantendo toda essa estrutura de regeneração que tem o capital como base e controle, que aniquila a capacidade de existir de várias mulheres da classe trabalhadora.

Nesse sentido, ao abordarmos a cultura corporal e o caráter de classe, percebemos que essa dimensão é indissociável dos aspectos de classe e gênero, uma vez que o caráter estrutural da opressão de gênero criado sob a égide do capital determina o tempo livre para as mulheres trabalhadoras, ainda mais restrito do que o dos homens de sua classe, também determinando a maneira como as mulheres produzem e se apropriam da cultura corporal. Destarte, é fundamental discutir a cultura corporal em meio a uma diversidade de práticas corporais, compreendendo que as pessoas necessitam de acesso para tais ações e que, perante uma sociedade dividida em classes sociais, tão profundamente quanto à exploração e dominação de classe, é a subordinação de gênero.

Considerações Finais

Com base na análise realizada em todo o percurso da pesquisa, verificamos, no que diz respeito à produção e ao acesso à cultura corporal, que essa é cortada por um caráter de classe. Ou seja, configuramos o fato de que a existência da cultura corporal é indissociável das relações de classe do período histórico em que tais práticas foram desenvolvidas.

Em particular, na sociedade contemporânea, a ação da burguesia ao criar uma ordem social baseada na propriedade privada dos meios para a produção, no trabalho assalariado, na produção de mercadoria e grandes concentrações nos espaços urbanos, produz barreiras de classe ao acesso dos bens da cultura corporal para os trabalhadores assalariados e não assalariados, em particular, para as mulheres trabalhadoras vinculadas aos trabalhos reprodutivos.

Delimitamos como resultados mais importantes de nossos esforços investigativos a identificação de três elementos – mercantilização dos bens culturais, a urbanização desigual gestando uma segregação socioespacial e cultura, perda de autonomia da produção e do tempo livre com o advento do trabalho assalariado – que incidem na

representação da cultura corporal para a sociabilidade capitalista que, conseqüentemente, reflete no seu acesso por parte da classe trabalhadora, marcando o caráter de classe da cultura corporal.

Portanto, identificamos o fato de que a cultura corporal no capitalismo também foi objeto de uma conversão de produto histórico e cultural de povos para se tornar uma mercadoria, a qual representa em sua complexidade acessos desiguais, característica de uma sociedade dividida em classes, onde, por um lado, temos os trabalhadores que têm sua parcela de apropriação da riqueza, mediada pela relação de assalariamento onde o valor de troca pago pela sua força de trabalho fica restrito, pelas contradições de classes, aos custos mínimos para a reprodução da vida da classe trabalhadora. A conversão da cultura corporal em mercadoria – na qual seu acesso passa a ser mediado pela relação de compra e venda como qualquer outra mercadoria – se reverte em uma barreira a sua apropriação para o conjunto da classe trabalhadora, uma vez que, pela norma social definidora dos salários, esses são quase sempre insuficientes para arcar com os gastos de reprodução mais gerais, ainda tornando inviável o acesso à mercadoria cultura corporal.

Não obstante, o segundo elemento analítico é a reverberação da formação das grandes cidades que provoca uma grande concentração urbana, ocorrendo uma reestruturação, não apenas, da organização destes espaços, mas, sobretudo, uma transformação nas práticas da cultura corporal associada às mudanças espaciais impostas pelo avanço do grande capital, em que adquire destaque a contradição campo e cidade, determinada pelo predomínio do espaço urbano sobre o campo. A imposição desse modelo de urbanização acontece ante uma lógica de ocupação do âmbito espacial regida também pela divisão de classes entre proprietários e não proprietários, cabendo aos bairros proletários a restrição às estruturas urbanas e de espaços necessários para o lazer, na contramão dos bairros burgueses, que concentram os aparelhos de lazer, tanto públicos como privados. Desse modo, desvelamos o fato de que as cidades são constituídas por uma lógica de segregação espacial e sociocultural, em que sua distribuição e a organização espacial se convertem em uma barreira ao acesso da classe trabalhadora ao acervo das práticas corporais, delimitando a existência da cultura corporal sob um corte de classe.

A modo de remate, foi evidenciado no último elemento analisado que a cultura corporal está associada, nessa sociabilidade, à imposição do trabalho assalariado como relação social de produção predominante na ordem do capital. Essa nova relação de produção provoca ao conjunto dos trabalhadores a perda de autonomia sobre a produção e

seu tempo de trabalho. O trabalho assalariado regido por via de relações de exploração mediadas pela extração de trabalho não pago, o qual se converte em riqueza privada e possibilita a reprodução ampliada do capital, se converte em um fator limitador do tempo livre e do lazer da classe dos assalariados modernos. Portanto, o trabalho assalariado, ao redefinir e limitar a existência do tempo livre para a classe trabalhadora moderna, também se converte em um fator limitador para seu acesso às práticas da cultura corporal.

Devidamente articulado a este tema, está o entendimento de que a dimensão de classes aqui evidenciada não está dissociada do aspecto das contradições de gênero, portanto, percebemos que, uma vez que o caráter estrutural da opressão de gênero determina para as mulheres trabalhadoras a maior fatia das atribuições provocadas para a regeneração da força de trabalho, somado ao tempo de trabalho acumulado, torna-se mais profundo para essas mulheres o fosso das possibilidades de utilização de tempo livre em comparação com os homens de sua classe e de todo o estrato dominante.

Assim, a compreensão de que a cultura corporal possui um caráter de classe remete ao movimento tendencial de conversão dos bens materiais e culturais em mercadoria, ao processo de urbanização e à constituição do trabalho assalariado como relação social de produção hegemônica. Os resultados desse movimento histórico conformam a existência da classe trabalhadora, pois suas situações de classe são indissociáveis das modalidades de restrição ao acesso à cultura corporal, mediada pela prevalência de relações mercantis, tanto no que se refere às suas práticas em si, como também aos espaços de sua realização, ainda pela delimitação e a redução do tempo livre impostas ao conjunto dos assalariados.

O aspecto contraditório dessa ordem social é expresso na dinâmica de produção da riqueza agora convertida em uma atividade social, envolvendo o conjunto da sociedade em uma dimensão mundial, mas, contraditoriamente, a forma de apropriação dessa riqueza é ainda mais profundamente privada e desigual, contradição fundante de uma vida social marcada pelas relações sociais mediadas por antagonismos. Por sua vez, essa contradição fundamental constitui nessa sociedade de classes um conjunto de barreiras para a apropriação da cultura corporal para os integrantes da classe trabalhadora, ou seja, essas contradições são definidoras da existência da cultura corporal. Isto exprime que a apreensão do conteúdo interno do fenômeno da cultura corporal só é ocorrente quando elucidadas as relações de classe que são mediadoras de suas práticas, de suas maneiras de produção e apropriação social. Portanto, concluímos que a lógica interna do processo de

formação da cultura corporal na sociabilidade capitalista são indissociáveis das relações de classe.

Efetivamente, pois, a afirmação de que os jeitos de produção e acesso às práticas da cultura corporal na sociedade capitalista são indissociáveis das contradições de classes constituídas em seu interior denota a necessidade de defesa de um projeto societário que priorize para seus pares a possibilidade do acesso ao lazer e práticas corporais, fundado na luta pela contra essas contradições, ou seja, pela superação da sociedade dividida em classes - um projeto assente na defesa de uma ação política e coletiva baseada na luta pela supressão dos efeitos negativos da mercantilização dos bens culturais, geradora de outra lógica de organização do espaço com apoio na sua democratização e no acesso igualitário à riqueza social material e cultural produzida pela vida social, bem assim com centro na criação de uma modalidade de organização da vida na qual a produção social deve estar dirigida à apropriação coletiva da riqueza, incluindo as possibilidades de ampliação para o conjunto dos produtores diretos do seu tempo livre, para atender aos anseios de constituição de uma rica subjetividade, favorecendo a experiências no campo de lazer vinculadas a atividades artísticas e práticas da cultura corporal; esse fundamento da ampliação do tempo livre como base para criação de uma sociedade na qual possamos ser socialmente iguais, humanamente diferentes e completamente livres.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maíra Mee Silva. **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre, 2019.

BHATTACHARYA, T. Como não pular a classe: reprodução social da força de trabalho e classe trabalhadora global. *In: Feminismo com classe*, 07 de maio 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DEMIER, Felipe e MATTOS, Romulo. Um esporte para o capital: o empresariamento do futebol brasileiro e o legado da Copa de 2014. *In: BRANCO, Lucio (Org.). Contraataque F.C.* São Paulo, Editora Dolores, 2019, p. 75-81.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações e gênero. Tradução de Maíra Mee Silva. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, novembro, 2017.

FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. **Revista Digital**, Buenos Aires - Año 10 - N° 90 - Noviembre de 2005, p. 1 a 10. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes>

FERREIRA, João Sette Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. *In*: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 185-213.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

IHRSA publica dados do mercado mundial do fitness. **Revista Acad Brasil**. Ano 20, 3ª edição, número 82, agosto de 2018. Disponível em: <https://acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/03/edicao-82.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica à economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PEIXOTO, E. M. de M. **Estudos do Lazer no Brasil**: apropriação da Obra de Marx e Engels. 2007. Orientador: José Claudinei Lombardi. 359 f. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007.

TAFFAREL, C. N. Z.; TEIXEIRA, D. R.; D’AGOSTINI, A. Cultura Corporal e Território: uma contribuição ao debate sobre reconceptualização curricular. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, Ano XVII, n. 25, p. 17-35, Dezembro/2005.

SZERMETA, Natalia. Situação Crítica: vozes de uma frente de luta em meio às contradições de uma pandemia sob o capital. **Revista Jacobin**. Numero especial, dezembro de 2020, p. 12 – 19.

WOOD, E. M. **Democracia contra o Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.